

Cinco empresas disputam o destino do lixo em Curitiba e RM

Geografia

Enviado por: Visitante

Postado em:06/07/2010

Cinco empresas se inscreveram no edital de credenciamento do Consórcio Intermunicipal para gestão de Resíduos Sólidos, que administra o destino do lixo produzido em Curitiba e em outras 19 cidades da região metropolitana, lançado no início de junho.

Com o fechamento do Aterro da Caximba, determinado pela justiça para acontecer em novembro, a contratação de um aterro privado, sem licitação, está sendo usada pelo consórcio como uma solução temporária. A licitação do sistema que deveria substituir a Caximba está atrasada por causa de disputas judiciais. Os documentos das empresas que se candidataram ao processo serão analisados nesta terça-feira (6). Somente após essa verificação é que serão anunciadas as empresas que estão aptas a receber os resíduos sólidos da capital e municípios da região. As empresas candidatas que já possuem aterros nesta região são a Cavo Gestão Ambiental, que já é responsável pela coleta e destinação do lixo e tem um terreno em Mandirituba; a Essencis Soluções Ambientais, que tem uma área na Cidade Industrial de Curitiba (CIC); e a Estre Ambiental, que tem um aterro em Fazenda Rio Grande. Já as outras candidatas, a JN Tratamento de Resíduos e a Hera Sul Tratamento de Resíduos, têm aterros em Paranaguá, no Litoral do estado, e em Rio Negrinho, em Santa Catarina, respectivamente. De acordo com reportagem da Gazeta do Povo, apenas um aterro particular está apto a receber o lixo: o terreno da empresa Estre Ambiental, em Fazenda Rio Grande, que já está em obras para abrigar um aterro sanitário com capacidade para 2,5 mil toneladas de lixo domiciliar por dia. As outras em processo de licenciamento não têm capacidade suficiente e sofrem com impedimentos legais e técnicos. Negócio milionário Atualmente, o Aterro da Caximba recebe 2,4 mil toneladas de lixo por dia. A nova área, que deve ter capacidade para receber a mesma quantidade, vai receber R\$ 47,06 por tonelada de lixo por até 24 meses. Isso representa um contrato de R\$ 82,4 milhões, sem licitação. O contrato pode ser interrompido caso a implantação do Sistema Integrado de Processamento e Aproveitamento de Resíduos (Sipar). Esta notícia foi publicada em 05/07/2010 no sítio www.gazetadopovo.com.br. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.